

## DELEG.CAPITANIA PORTOS DO EST.SC EM LAGUNA

**Estudo Técnico Preliminar 4/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 63340.000103/2026-86

**2. Descrição da necessidade**

A Delegacia da Capitania dos Portos em Laguna tem como propósito contribuir para o cumprimento das tarefas de responsabilidade da Marinha, na sua área de jurisdição, orientar, coordenar e controlar as atividades relativas à marinha mercante e organizações correlatas, em toda área de jurisdição a fim de contribuir para assegurar a segurança da navegação, salvaguarda da vida humana no mar e a prevenção da poluição hídrica.

Entre outras atribuições a DelLaguna tem a tarefa de executar as atividades atinentes ao Ensino Profissional Marítimo (EPM) em sua Área de Jurisdição (AJ). Para alcançar tal objetivo, poderá celebrar Acordos Administrativos com entidades Extra-MB para ministrar ou gerenciar cursos do EPM, conforme inciso 1.9.2, das Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo de Portuários e Atividades Correlatas (NORMAM-103/DPC).

A Fundamentação da Contratação baseia-se no Programa do Ensino Profissional Marítimo para Portuários (PREPOM-Portuários /2026), organizado pela Marinha do Brasil, por meio da Diretoria de Portos e Costas (DPC), com o objetivo de formar, aperfeiçoar e atualizar os trabalhadores que atuam nas operações dentro dos portos, garantindo a qualificação para as funções técnicas, operacionais e administrativas, atendendo às demandas do setor, visando suprir necessidades do mercado e garantir a segurança e eficiência portuária.

A contratação atenderá a proposta de cursos para os Trabalhadores Portuários Avulsos do Porto de Imbituba, em Santa Catarina. Tais cursos decorrem do estabelecido na Lei nº 7.573 de 1986 – Lei do Ensino Profissional Marítimo e da sua regulamentação pelo Decreto nº 94.536 de 1987 que, no Art. 1º, inclui os trabalhadores avulsos da orla portuária como beneficiários diretos da habilitação e da qualificação profissional proporcionada pelo EPM. Ainda neste sentido, de acordo com a NORMAM-103/DPC, o ensino para portuários é ministrado com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM), administrado pela DPC, tendo como premissa básica a formação e a qualificação profissional dos Trabalhadores Portuários Avulso, habilitando-os para o exercício das atividades referentes à operação portuária.

De acordo com o parágrafo único do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, os Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica são dispensados da utilização do PCA, até o ano de 2026, sendo o Planejamento obrigatório a partir de 2027.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Divisão do Ensino Profissional Marítimo	MOISES ANTONIO DE LIMA

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

O Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO) na condição de gestor da mão de obra portuária, atua na identificação de demandas, planejamento, execução e prestação de contas de cursos financiados com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDPEM), observando as diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Portos e Costas (DPC).

É cediço que o Órgão Gestor de Mão de Obra em Imbituba (OGMO-Imbituba) encontra-se em situação de inadimplência fiscal, assim sendo, de acordo com o contido nos termos do art. 195, §3º da Constituição Federal, é vedado à Administração Pública realizar repasses de recursos a entidades que não comprovem regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, motivo pelo qual fica impedida a liberação de recursos públicos para o OGMO-Imbituba.

De acordo com o exposto acima a Delegacia da Capitania dos Portos em Laguna fica responsável pela prestação de contas dos recursos destinados aos cursos para portuários com recursos oriundos da Diretoria de Portos e Costas.

A aplicação do tratamento diferenciado de adoção de exclusividade às microempresas e empresas de pequeno porte, especificamente neste certame, torna-se inviável, com fundamento no art. 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2011, tendo em vista que o objeto da contratação está condicionado ao atendimento de requisito técnico obrigatório estabelecido pela NORMAM-103/DPC, exige o credenciamento das entidades junto à Diretoria de Portos e Costas (DPC), para a ministrar cursos no âmbito do Ensino Profissional Marítimo. Tal exigência restringe o universo de possíveis fornecedores às entidades previamente credenciadas, não sendo possível assegurar a existência de, no mínimo, três fornecedores enquadrados como ME/EPP aptos a atender integralmente às condições do objeto.

Dessa forma, justifica-se o afastamento da exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, assegurando-se a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa.

A Contratada, deve ser empresa credenciada pela Diretoria de Portos e Costas (DPC), em plena vigência.

A Contratada deverá utilizar material didático, instalações adequadas, e equipamentos de operações portuárias que forem necessários ao desenvolvimento dos cursos, com a finalidade de ampliar os conhecimentos dos trabalhadores portuários, em conformidade com o currículo de cada curso.

Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

Utilização de equipamentos adequados, de acordo com o curso;

Instrutores e coordenadores qualificados e experientes; e

Local apropriado para execução das avaliações.

Definição e justificativa da natureza do serviço:

O objeto contratado caracteriza-se como serviço por escopo, por se tratar de cursos a serem ministrados em períodos pré-determinados, com conclusão prevista para o mesmo exercício financeiro, sem necessidade de prorrogações.

## **5. Levantamento de Mercado**

Em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, procedeu-se ao levantamento de mercado com vistas à identificação de empresas aptas à prestação de serviços de capacitação de trabalhadores portuários, no âmbito do Ensino Profissional Marítimo.

A condição primária da habilitação para ministrar os cursos, objeto da presente contratação, é o credenciamento prévio junto à Diretoria de Portos e Costas (DPC), nos termos da NORMAM-103/DPC, que regula o funcionamento do sistema de Ensino Profissional Marítimo. Dessa forma, o levantamento de mercado foi direcionado exclusivamente às empresas que atendem ao referido requisito normativo.

## **6. Descrição da solução como um todo**

A solução consiste na contratação de entidade Extra-MB credenciada pela DPC, para ministrar e coordenar os Cursos do PREPOM-Portuários/2026, conforme detalhados no Mapa de Cursos Aprovados (MCAP), ratificado pelo Diretor de Portos e Costas.

A entidade contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional para ministrar os cursos, atendendo integralmente as exigências pedagógicas, estruturais e de qualificação profissional estabelecidas na NORMAM-103. O processo, entretanto, deve ser contínuo, progressivo e sistemático a fim de possibilitar a realização da aprendizagem de técnicas, atitudes e habilidades pelos alunos, mediante a ação didática de instrutores.

### 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A pesquisa de preços foi baseada nos orçamentos das entidades Extra-MB credenciadas e no Mapa de Cursos Aprovados (MCAP), emitido pela DPC, detalhando os gastos de cada curso, resultando no valor estimado global de contrato de R\$ 197.822,00 (Centro e noventa e sete mil, oitocentos e vinte e dois reais), conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS CURSOS	CATSER	UF	QTD MÁXIMA DE TURMAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO
1	Curso Básico de Inglês Técnico (CBIT)	17663	UN	3	R\$ 12.356,00	R\$ 37.068,00
2	Curso Avançado de Inglês Técnico (CAIT)	17663	UN	2	R\$ 12.056,00	R\$ 24.112,00
3	Curso de Operação de Escavadeira Hidráulica (COEH)	17663	UN	3	R\$ 22.156,00	R\$ 66.468,00
4	Curso de Operação de Empilhadeira de Pequeno Porte (COEPP)	17663	UN	2	R\$ 35.087,00	R\$ 70.174,00
				TOTAL	R\$ 81.655,00	R\$ 197.822,00

Conforme consta no PREPOM-Portuários/2026, aprovado pela Diretoria de Portos e Costas, o total de turmas autorizadas são 10, distribuídas de acordo com a tabela acima. O valor máximo aceitável é de R\$ 197.822,00 (Centro e noventa e sete mil, oitocentos e vinte e dois reais).

### 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 197.822.000,00

O custo estimado total da contratação, consta, detalhadamente, no MCAP, aprovado pela Diretoria de Portos e Costas, sendo o máximo aceitável, de R\$ 197.822,00 (Cento e noventa e sete mil, oitocentos e vinte e dois reais), conforme custos por curso, de acordo com a tabela contida no item 1.1.

### 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o planejamento da contratação deve avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar a participação de um maior número de fornecedores, desde que tal medida não comprometa a economia de escala, a eficiência administrativa ou a adequada execução do objeto.

De acordo com o acima exposto, a contratação por item enquadra-se como a modalidade mais pertinente, visando a obtenção de melhores preços e viabilidade técnica.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Na presente contratação não haverá necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, os serviços em apreço serão contratados de forma independente.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A Lei nº 14.133/2021 estabelece a obrigatoriedade de utilização do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por intermédio do PCA, com o objetivo de cumprir o requisito da transparência na nova Lei de Licitação. Entretanto, a elaboração do PCA e a utilização do PGC foram dispensáveis no âmbito das Forças Armadas, sem prejuízo da observância do princípio do planejamento, de acordo com disposto no parágrafo único, do art 1º do Decreto nº 10.947/2022, tornando-se obrigatório a elaboração do PCA a partir do ano de 2027.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A execução desses cursos proporcionará a formação, qualificação e a atualização técnica de profissionais portuários, o que, claramente, trará benefícios diretos e indiretos para a economia das regiões atendidas. Além disso, tal contratação possibilita que os cursos em lide sejam desempenhados com maior economicidade e eficiência no que tange o aproveitamento dos recursos humanos, uma vez que os custos envolvendo a capacitação e a manutenção dos prestadores de serviços não sejam desperdiçados nos períodos em que não houver cursos.

## **13. Providências a serem Adotadas**

O prazo de execução dos serviços obedecerá às datas e prazos de conclusão estabelecidos no PREPOM-Portuários, respeitando a carga horária de cada curso.

A Contratada deverá observar a sinopse dos cursos, conforme disponível no sítio da DPC, no seguinte link: <https://www.marinha.mil.br/dpc/sinopses-e-sumarios-cursos>.

A empresa contratada deverá observar a quantidade de vagas por turma, bem como cumprir o período determinado para a realização dos cursos, conforme disposto no Termo de Referência. Os serviços serão devidamente acompanhados pelo fiscal designado para o contrato.

Os serviços só poderão ser prestados em horários compreendidos entre 08h e 22h.

Cada turma deverá ser constituída pelo número de alunos correspondentes ao de vagas estabelecidas no PREPOM-Portuários, cujo detalhamento encontra-se no Mapa de Cursos Aprovados (MCAP). O mínimo de alunos, por turma, não poderá ser inferior a 50% do quantitativo total autorizado para cada turma no MCAP. Neste caso, quando inferior a 50%, o curso será cancelado, não cabendo nenhum pagamento ou indenização para a CONTRATADA.

A CONTRATADA poderá realizar contatos com a DelLaguna no seguinte endereço:

Avenida Colombo Machado Salles, nº 72, CEP: 89.790-000, Centro, Laguna – SC

Tel: (48) 3644-0196

e-mail: [dellaguna.secom@marinha.mil.br](mailto:dellaguna.secom@marinha.mil.br)

No valor total de cada curso estão incluídos: Pagamento aos Instrutores, Coordenadores, Locação de Equipamentos, Locação de Salas de Aula, Prêmio Escolar, Bolsa-Auxílio, reprodução e distribuição de Material Didático, fornecimento de Complemento Alimentar EPM e todos os encargos trabalhistas e outras despesas necessárias à execução dos cursos aprovados no MCAP, devendo ser comprovadas pela contratada inerente aos cursos.

O lanche deverá ser ofertado em local adequado para refeições, dispondo de mesa e cadeiras para os alunos e, ainda, considerada uma etapa do “Complemento Alimentar do EPM” por aluno para cada período de 4 horas-aula.

No item Bolsa-Auxílio, o valor será de R\$ 20,00 por dia de aula assistida, para cada aluno, e deverá ser pago, unicamente, por depósito em conta-corrente ou chave PIX do aluno. Caso o aluno falte a aula, o mesmo não fará jus ao valor da bolsa-auxílio referente àquele dia, sendo o valor não incluído na Nota Fiscal referente ao Curso. Se o número de matrículas for inferior ao estimado serão pagas as Bolsas- Auxílio dos alunos efetivamente matriculado.

A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência e ficará a cargo do fiscal designado para o contrato.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Em princípio a realização dos cursos não produz impacto ambiental relevante; entretanto, a fim de contribuir com a preservação do meio ambiente a contratada deverá, à medida do possível, utilizar de objetos reciclados para o material didático e, especial atenção aos veículos automotores utilizados nas aulas práticas, conforme descrito abaixo:

- Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

- Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

- Deve ser observado o Catálogo de materiais do SIASG - CATMAT sustentável que disponibiliza especificações técnicas de materiais com menor impacto ambiental.

- Tais ações visam a mitigar possíveis impactos ambientais, como a contaminação do solo e a poluição sonora, causados por estes maquinários.

13.2. As empresas vencedoras deverão adotar práticas de sustentabilidade ambiental adequadas que o objeto contratual o exigir, incluída, quando for o caso, a obrigação de estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante recolhimento dos produtos após o uso pela Administração ou resíduos decorrentes da execução contratual, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, dando destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, com o encaminhamento do rejeito para disposição final também ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente, além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Os Estudos preliminares evidenciaram que a realização da contratação do serviço mostra-se viável tecnicamente e de extrema importância para o cumprimento da missão da DelLaguna, quanto ao aprimoramento na capacitação dos Portuários. Nesse diapasão, sugere-se que a contratação da solução pretendida seja realizada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, em virtude da possibilidade de alteração do MCAP, bem como, da possibilidade da aprovação de novos cursos ou cancelamento dos já aprovados.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MOISES ANTONIO DE LIMA**

Responsável pela contratação direta

**ERMIS JOSE VIEIRA**

Membro da comissão de contratação

**ALEXSANDER LIMA PINHEIRO**

Membro da comissão de contratação